

Peter B. Boorsma (Coord.)

***Privatization and Culture Experiences in the Arts,
Heritage and Cultural Industries in Europe***

CIRCLE Publications n.º 10 Kluwer Academic Publishers

London, 2002 (223 páginas)

1. Apresentação global

A obra aborda, numa perspectiva interdisciplinar, as novas soluções propostas em diferentes países para o problema da sustentabilidade e valorização de bens culturais. O debate em torno destas problemáticas começou na Europa, nos anos 90, a propósito das dificuldades decorrentes da propagação das técnicas de privatização à área cultural.

Um das ideias principais sustentadas pelos autores assenta na limitação que deve ser imposta à funcionalização de bens culturais no âmbito da actividade privada. A eficiência é e deve também ser nesta área uma meta, mas o respeito pela dimensão cultural apresenta-se como uma exigência incontornável. A privatização no âmbito do património cultural deve ser entendida não apenas como mais um mercado a explorar, mas sobretudo como um incremento de autonomia face aos poderes estaduais e maior divulgação do sponsoring. Neste âmbito, revela-se particularmente interessante o contributo de Throsby a propósito do repensar do papel do Estado no âmbito da cultura. De facto, tendo vindo a assistir-se a um “emagrecimento do Estado” nos últimos anos, decorrente da transferência para o sector privado de alguns sectores de economia como a energia, o gás natural e os transportes, é pertinente que se questione qual o papel que, neste quadro, o Estado está disposto a desempenhar no domínio cultural. A síntese do seu contributo pode formular-se através das seguintes questões: Dispensará o Estado o papel influenciador na cultura que tem assumido até aqui? Deixará inteiramente para o mercado a sustentabilidade financeira da cultura? Representará o mercado neste caso um decréscimo de qualidade? Justifica-se avaliar o sector cultural segundo uma lógica de custos e benefícios?

A avaliação das novas técnicas não deve deixar de ter presente a diferença existente entre os subsectores culturais como: “herança cultural” (heritage), no qual se incluem os museus e o património cultural construído (built heritage), integrando este último os monumentos, conjuntos e sítios; as artes dinâmicas (teatro e a ópera); e a indústria cultural (cinematográfica, televisiva, editorial, etc.).

2. As dificuldades decorrentes da privatização e a preferência dada às formas mistas ou híbridas

São de assinalar as considerações iniciais quanto às dificuldades de aplicação da técnica de privatização a domínios não lucrativos como as artes, a cultura e o património cultural, bem como ao papel fundamental do Estado na dinamização do mecenato. Os autores dão conta da actual “vulgarização” no emprego do termo privatização, o que cria sérios embaraços na sua utilização rigorosa para a qualificação dos diversos fenómenos.

Contrapõem a “desestatização” à privatização, salientando que nem sempre a diminuição da intervenção estadual no domínio cultural tem de conduzir a uma transferência para o domínio privado. Por último, a introdução de um conceito que nos parece essencial: os híbridos. Os híbridos são instituições que incorporam degraus de público e privado articulados entre si em diferentes níveis de organização funcional.

Esta última figura surge aplicada ao exemplo dos museus, embora dela se possam retirar as linhas gerais para outras entidades cuja actividade tenha um fim público e para as quais o Estado reclame a colaboração de privados.

É Peter Boorsma quem dedica uma parte do trabalho à análise da aplicabilidade da privatização ao domínio cultural. O autor chama a atenção para a diferença entre a privatização nos países da Europa ocidental e central, onde o sistema desde cedo permitiu a intervenção de capitais privados, bem como a sustentação financeira da cultura por estes através de taxas e sistemas fiscais que favorecem o mecenato, ao contrário dos países saídos de sistemas comunista onde inexistem estruturas capazes de garantir um suporte financeiro à cultura.

É também importante perceber com clareza o tipo de privatização que pode ser aplicada ao sector. Não se trata de uma privatização “thatcheriana”, de venda de propriedades públicas a investidores privados, mas também não deve reduzir-se, como pretende alguma doutrina, apenas aos fenómenos de incremento do sponsonring ou da transferência de museus para fundos de gestão autónoma. A privatização pode também designar fenómenos como a realização de tarefas culturais em regime de contrating out ou voluntariado. Quer num caso quer noutro as tarefas públicas são realizadas por privados, no primeiro mediante pagamento.

Destaca-se ainda alguma doutrina, radicada na Holanda, que suscita como problema a utilização do termo privatização no sector cultural, temendo que este seja entendido como um afastamento face ao poder público ou poder do Estado. Estes autores preferem o termo “desestatização” em vez de privatização, enfatizando que se trata apenas de diminuir o peso do Estado na sustentação da cultura e não de uma remissão pura e simples para o sector privado.

O balanço entre as vantagens e os inconvenientes da privatização é difícil de fazer. A favor da privatização invoca-se: a eficiência, a melhoria na qualidade dos serviços, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de inovação, as vantagens financeiras, a simplificação em termos administrativos e a melhoria do management. Por seu turno, contra a privatização esgrime-se: o aumento dos custos de produção nos casos em que se formam monopólios privados, declínio de qualidade em certos exemplos, aumento do desemprego e a modificação em áreas não económicas (ex. ambiente). O balanço final é, por estas razões, difícil de fazer, embora o autor conclua que nos casos em que a privatização gera menor investimento decorrente da menor procura, estamos perante um factor inevitável, ou seja, que acabaria sempre por acontecer, com ou sem privatização.

Throsby sublinha a importância da existência de infra-estruturas pré-estabelecidas que garantam a transição para um sistema privatizado. Particularmente em Estados onde a cultura se apresenta como um sector tradicional publicizado, a transferência para modelos privatizados pode significar o colapso de algumas áreas (ex. ópera, teatro, etc.).

3. Alguns casos relevantes em matéria de património cultural

A obra percorre, através dos textos de autores de diversas nacionalidades, exemplos e realidades muito distintas: a nova organização dos museus em França; o papel do Estado grego na reutilização de monumentos ou edifícios de valor arquitectónico; a participação dos privados na reorganização das “casas de ópera” em Itália; a privatização da indústria cinematográfica húngara e a actuação reservada ao Estado; a privatização da indústria do livro na República Checa.

Dos “case studies” referenciados, destacamos aqueles que tratam directamente da sustentabilidade do património cultural relativo a bens imóveis, ou seja, o estudo sobre os museus em França e a reutilização dos monumentos na Grécia.

É no domínio do património cultural edificado que a privatização assume maiores dificuldades e cria maior rejeição. Como afirma Schuster “é onde a ideia mais nos agride”, talvez pelo facto de nos termos habituado a conceber os museus como instituições públicas e o património cultural edificado como propriedade do Estado.

a) A hibridização dos museus

A revitalização dos museus é um dos principais temas abordados na obra. Encontram-se referências importantes ao exemplo holandês, onde foi aprovado um programa governamental de reorganização dos museus nacionais. De acordo com o referido programa, o Estado mantinha a propriedade dos edifícios e das colecções, continuando a facultar algum apoio financeiro em termos convencionados, e transferia para os privados as tarefas de gestão, o que permitiu flexibilizar e rentabilizar os museus.

A doutrina propõe o termo hibridização (para o processo) e entidades híbridas (para o resultado) para a caracterização do fenómeno de agregação de níveis estruturais e organizatórios públicos e privados em completa harmonia. Esta técnica resulta da necessidade de combinação entre os níveis de autoridade necessários à imposição de um fim público na utilização dos bens culturais, garantindo o direito fundamental à fruição de bens culturais, e os níveis de privatização necessários à flexibilização dos esquemas de gestão dos bens culturais em termos mais adaptados ao mercado.

A hibridização começou por ser uma técnica particularmente utilizada em museus de âmbito municipal, onde a sua sustentabilidade obrigou a que fossem sendo procuradas em regime de contracting out algumas actividades como o catering, o estacionamento e os serviços de segurança. Posteriormente, o contracting out foi-se estendendo a outras áreas como a conservação e a promoção comercial dos produtos. Procedimento que culminou com a transferência para os privados também de alguns níveis de gestão e organização, de que é exemplo a realização de espectáculos no interior dos museus.

O case studie em matéria de museus respeita à experiência francesa. A protecção e promoção da cultura têm uma longa tradição em França, sendo encaradas, desde a Renascença, como tarefa de serviço público. O peso da intervenção estadual nestas áreas é muito diferente do assumido em modelos como o britânico ou o americano, desde sempre associados à intervenção privada. Nesta medida, os autores apontam como particularmente assinaláveis as transformações sofridas na gestão de museus em França.

Essas transformações radicam, no essencial, numa transformação de base, deixando a administração dos museus de caber ao Estado para ser assumida por associações e sociedades de capitais mistos. A “privatização” dos museus trouxe consigo a alteração de inúmeras regras que permitem melhorar a respectiva sustentabilidade. Trata-se, por exemplo, de instituir preços diversificados ou escalonados para as visitas, flexibilizar os horários e os serviços oferecidos aos consumidores, modificar critérios de gestão e financiamento, desenvolver o comércio de artigos relacionados com o museus em lojas especializadas, promover exposições no espaço do museu, etc.

Ainda no que se refere às novas tendências, os autores assinalam a inexistência de uma decisão ou orientação política quanto à adaptação dos museus franceses à realidade virtual. Quer isto dizer que não existe ainda uma decisão quanto à possibilidade de desenvolver visitas virtuais aos museus através da Internet.

Em jeito de balanço final a opinião é a de que a privatização e a hibridização devem fazer-se de forma moderada. A diminuição dos financiamentos públicos e privados obrigam os responsáveis pela gestão dos museus a adoptar formas imaginativas e alternativas de obtenção de receitas. Todavia, é fundamental que se garanta um equilíbrio entre as actividades comerciais que se desenvolvem em torno e por causa da sustentabilidade do museu e a actividade principal deste que é conservar e adquirir obras tendo em vista a

sua divulgação e valorização. Em suma, a sustentabilidade financeira não pode ser um fundamento para a descaracterização dos museus.

b) Privatização de bens integrados no património cultural edificado e a reutilização de monumentos

Outro exemplo tratado na obra, prende-se com as dificuldades sentidas pelo Estado grego na conservação e valorização do património cultural edificado. A Grécia assumia como estaduais não apenas os bens integrados no património, mas também as tarefas de conservação e valorização dos mesmos. Inclusivamente os trabalhos arqueológicos deveriam ser desenvolvidos exclusivamente pelo Estado.

A situação sofreu algumas transformações após a entrada da Grécia na então ainda Comunidade Económica Europeia em 1981. De facto, em 1986 começaram a admitir-se algumas formas de privatização da cultura, as quais assentavam, essencialmente, no mecenato.

Só na década de 90 é que a privatização se começou a estabelecer no modelo grego, onde goza ainda de uma grande desconfiança geral, sendo encarada como um meio para o Estado se afastar das suas responsabilidades. O primeiro passo no sentido da privatização foi dado pela criação de uma sociedade anónima responsável pela conservação e gestão de museus, património cultural edificado e publicações relacionadas com aqueles bens. E mais recentemente com a tentativa de substituição de uma parte do financiamento público na conservação do património arqueológico, por esquemas de sponsoring.

Actualmente assiste-se a uma profunda alteração na política estadual, a qual tem optado pela devolução dos monumentos a entidades responsáveis pelo respectivo estudo e integração em entidades de âmbito superior, beneficiando, para o efeito, de fundos comunitários. Por outro lado, o próprio Estado tem desenvolvido e promovido a técnica da rendibilização dos edifícios, através do seu arrendamento para outros fins.

A reutilização dos edifícios apresenta-se como uma ideia-chave da nova política. Os exemplos vão desde a recuperação de monumentos para a instalação de museus e salas de espectáculo, passando pela sua afectação à restauração e culminando com a implantação de universidades, residências universitárias ou departamentos de investigação.

Destaca-se o papel do ministério do turismo grego, que elaborou um estudo detalhado dos bens existentes e promoveu a celebração com privados de alguns contratos-programa tendentes a garantir a recuperação e conservação desses bens através da sua aplicação a fins de hotelaria. Apesar do esforço, a sustentabilidade do património arqueológico é ainda, em grande medida, assegurada pelo Estado.

4. Conclusão

A obra em referência revela-se um documento fundamental a diferentes níveis: para quem estuda os problemas emergentes em matéria de sustentabilidade do património cultural encontra nela muitas respostas sobre novas técnicas que têm sido desenvolvidas; para quem procura esclarecer o sentido do termo privatização no actual modelo organizatório pode aperceber-se não apenas da polissemia do conceito, mas também das dificuldades que a sua aplicação acarreta em matérias tão sensíveis como a cultura em geral e o património cultural em especial; por último, quem apenas pretenda reflectir sobre o actual papel do Estado, seja ele entendido como um “Estado-mínimo”, ou um “Estado de infra-estrutura”, não pode deixar de retirar da obra algumas ideias fundamentais quanto às dificuldades originadas pela abertura aos privados da promoção e divulgação de bens que integram o património cultural de uma Nação.

Suzana Tavares da Silva

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra